# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS
Ata da 8ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 27/08/2025 - 9h00
Reunião por videoconferência - Google Meet

| Membros presentes | |
|---|---|
| **Entidade** | **Representante** |
| AAMHOR | Miguel Madalena Milinski (T) |
| AEAP | Mauricio Magossi (T) |
| AERC | Melissa Pin Lucheti (T) |
| | Hélio Augusto Povoas Schmidt (S) |
| APTA Regional/URPD - Piracicaba | Cláudia Mira Attanasio (T) |
| | Vera Lúcia Pimentel (S) |
| APTA/SAA | Adriana Sacioto Marcantonio (T) |
| ASSEMAE | Adriana Roberta Candido (T) |
| | Gladis Meiry Matteo (S) |
| | Marisa Emiko Kawaichi (S) |
| | Renato Garolfo (S) |
| | Thais Regina Vicente (S) |
| Associação Ambiental Plantar | João José Assumpção de Abreu Demarchi (T) |
| CATI | Melissa Pin Lucheti (S) |
| Consórcio PCJ | Débora de Paula Papani (S) |
| | Mariane Alves de Godoy Leme (S) |
| | Priscila Marcon (S) |
| Cooperativas de Holambra | Petrus Bartholomeus Weel (T) |
| DAE Rio Claro | Erika Daiane Martins Fossalusa (T) |
| DAE Jundiaí | Ana Paula Maria Regra (S) |
| | Cláudia Debroi de Campos (S) |
| | Maria Carolina Hertel Dutra (S) |
| | Maria das Graças Martini (S) |
| | Rita de Cassia Canieo Garcia (S) |
| | Rodrigo de Almeida Marçal (S) |
| | Talita Rodrigues (S) |
| DAE Santa Bárbara d´Oeste | Felipe Augusto Gasparotto (S) |
| ELO Ambiental | Rosângela A. Martins Nogueira Grigolleto (T) |
| EMBRAPA | Maria Lucia Zuccari (T) |
| | Pedro Gerhard (S) |
| Fund. José Pedro de Oliveira | Cristiano Krepsky (T) |
| IAG/USP | Humberto Ribeiro da Rocha (T) |
| INEVAT | Francisco Antonio Moschini (T) |
| | Michele Consolmagno (S) |
| IPEL | Willian Barroso (S) |
| IPT | Mariana Hortelani Carneseca Longo (T) |
| | Luiz Roberto Magossi (S) |
| IZ/APTA | João José Assumpção de Abreu Demarchi (T) |
| Jaguatibaia | Luiza Ishikawa Ferreira (T) |
| P.M. de Charqueada | Marcelo Eric de Almeida Santos (S) |
| P.M de Holambra | Petrus Bartholomeus Weel (T) |
| P.M de Hortolândia | Elaine Cristina de Souza (S) |
| P.M de Indaiatuba | Adriano Prochowski (S) |
| P.M. de Iracemápolis | Simone Fernanda Zambuzi (T) |
| | Cleber Zuzi Gonçalves de Lima (S) |
| P.M de Itupeva | João Paulo Vieira (T) |
| P.M. de Jaguariúna | Aline Granghelli Catão (T) |
| P.M de Limeira | Raquel Schimidt (T) |
| | Ariane Fernanda dos Santos (S) |
| P.M. de Morungaba | Amarildo Rogério (S) |
| P.M. de Paulínia | Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T) |
| P.M. de Piracicaba | Felipe Dias Pacheco Vieira (T) |
| P.M. de Salto | Carlos Henrique Russafa Miguel (T) |
| | Aline Gasparini Hernandes (S) |
| P.M. de Vinhedo | Cristina Aparecida Bernardes (T) |
| | Rodrigo Oliveira de Souza (S) |
| PUC Campinas | Regina Márcia Longo (T) |
| SAEAN | Jacqueline Adorno Balazini (T) |
| | Maria Augusta Padueli (S) |
| SANASA | Renato Garolfo (T) |
| | Adriana Roberta Candido (S) |
| | Gladis Meiry Matteo (S) |
| | Marisa Emiko Kawaichi (S) |
| | Thais Regina Vicente (S) |
| SIMBiOSE | Bruno Geraldi Martins (T) |
| | Nathalia Diniz Kammer (S) |
| TNC | Henrique Bracale (T) |
| UNESP IGCE | Vania Silvia Rosolen (T) |
| | Beatriz Leonardo da Silva (S) |
| | Francielli Maria Vieira de Carvalho (S) |
| UNICAMP | André Luís Sotero Salustiano Martim (T) |
| | Thalita dos Santos Dalbelo (S) |

| Membros ausentes |
|---|
| **Entidades** |
| DAEV |
| Diretoria de Ensino de Bragança |
| Fundação Florestal |
| IPÊ |
| P.M. de Campo Limpo Paulista |
| P.M. de Cordeirópolis |
| P.M. de Itatiba |
| P.M de Itu |
| P.M de Jarinu |
| P.M. de Louveira |
| P.M. de São Pedro |

CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS
Ata da 8ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 27/08/2025 - 9h00
Reunião por videoconferência - Google Meet

| |
|---|
| P.M. de Várzea Paulista |
| SAA |
| SABESP |
| SANEBAVI |
| SEMAE |
| SEMIL/DPFA |

| Demais Presentes | |
|---|---|
| **Entidade** | **Representante** |
| Agência das Bacias PCJ | Bruna Petrini |
| | Camila Souza |
| | Daphenes Vargas |
| | Fabio Coca |
| | Felipe Requena |
| | Gabriel Sobreira |
| | Gabriela Salata |
| | Luclecia Soares |
| | Nathalia Corá |
| | Patricia Barufaldi |
| | Rosa Cardoso |
| | Raquel Quirino |
| | Taina Moura |
| | Thamiris Cardoso |
| Departamento Municipal de Agricultura | sem identificação |
| Munícipe de Jundiaí | Massao Okazaki |
| P.M de Jarinu | Vilque Prado Fernandes Caldana de Souza |
| UNESP | Deise Junqueira |
| | Cesar Augusto Moreira |
| | Everton Sulato |
| | Karen Luko Sulato |
| | Lucas Moreira Furlan |

**(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante**

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de 2025, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 8ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 13 de agosto de 2025. **2. Abertura da 8ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA) e coordenador da CT-Mananciais que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião **3. Informes:** Na sequência, o Sr. João Demarchi passou para os informes. **3.1. da Coordenação: a)** O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Rio Claro (AAMHOR) e coordenador-adjunto da CT-Mananciais informou que participou de uma capacitação teórica e prática sobre incêndios no município de Iracemápolis. Destacou que, diante das atuais condições climáticas, os incêndios têm ocorrido com frequência na região, e considerou a capacitação bastante proveitosa, especialmente ao combate de incêndios em áreas rurais. Em seguida, sugeriu ao Sr. Cristiano Krepsky, representante da Fundação José Pedro de Oliveira e coordenador do Grupo de Trabalho de Rede de Áreas Protegidas (GT-Áreas Protegidas) que o tema do VI Seminário de Áreas Protegidas das Bacias PCJ fosse Plano de Manejo. Reiterou a importância do assunto, considerando que a Fundação Florestal tem se empenhado na elaboração de planos de manejo que ainda não foram implementados; **b)** O Sr. João Demarchi informou sobre a 8ª reunião da UGP Cantareira, em que a Fundação Boticário apresentou uma proposta de parceria para a condução do projeto Movimento Viva Água, que tem como objetivo fortalecer ações em regiões metropolitanas, como o Sistema Cantareira e a região metropolitana de São Paulo. Explicou que o projeto visa potencializar os trabalhos da UGP regional e as ações para a preservação do território, além de aumentar a reserva de água. Mencionou a contratação de uma Unidade de Coordenação e Execução (UCE) de prospecção para o território da UGP Cantareira, que é uma experiência nova, assim como discutido anteriormente pela CT em relação ao município de Piracicaba. Ressaltou que a UCE é uma ferramenta importante que visa ajudar os municípios a identificarem suas demandas e utilizar os recursos disponíveis, como participação em editais, captação de recursos e proteção de mananciais. Informou que tem participado da Câmara Técnica de Proteção das Águas (CTPA) do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) do Estado de São Paulo, em que estão propondo um Plano de Trabalho com ênfase em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Destacou que, apesar das limitações atuais do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), a revisão do manual operativo permitirá um melhor aproveitamento

dos recursos para o PSA. **3.2 dos membros:** O Sr. João Demarchi questionou os membros sobre os informes. Em seguida, o Sr. Cristiano complementou o comentário do Sr. Miguel quanto à pauta do evento. Informou que foram incluídas sugestões dos membros obtidas na 33ª Reunião do GT-Áreas Protegidas. Comentou que será abordado o desdobramento do trabalho relacionado aos planos de Mata Atlântica e Cerrado, com foco em corredores ecológicos e na implantação por parte dos municípios, sendo previstas duas mesas dedicadas a essa temática. Informou que está em contato com o Sr. José Fernando, representante da Fundação Florestal para a organização de uma mesa sobre planejamento territorial em Áreas de Proteção Ambiental (APAs), alinhada à proposta de diálogo entre os planos de manejo e os trabalhos em desenvolvimento. Mencionou que haverá uma discussão ao final do evento sobre como os subsídios provenientes dos participantes poderão contribuir para a revisão da Política de Mananciais. Ressaltou que, em breve, serão divulgadas mais informações sobre a estrutura geral do evento. **3.3 da Secretaria Executiva:** a Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) iniciou os informes, sendo: **a) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal (*link*) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **b) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** reiterou que a próxima reunião da CT será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17 (link) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** Membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** Coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros). As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: <custeio@agencia.baciaspcj.org.br> ou (19) 3437-2100 (opção 2). As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, neste link; **c) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** informou sobre a próxima reunião dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo a 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ,

PCJ FEDERAL E CBH-PJ1) no dia 29/08/25, às 9h00, por videoconferência, com transmissão pelo Youtube. Mais informações podem ser obtidas na agenda do site dos Comitês PCJ; **d) Próximas reuniões da CT-Mananciais:** A Sra. Tainá apresentou o calendário de reuniões da CT-Mananciais para o 2º semestre de 2025, destacando que as próximas reuniões estão previstas nos dias 22/10/2025, às 09:30, em Jaguariúna e 05/12/2025, às 09:00 por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas na agenda da CT-Mananciais no *site* dos Comitês PCJ; **e) NewsComitêsPCJ:** A Sra. Tainá convidou aos membros para acessar a Newsletter Comitês PCJ, que é um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas. O acesso pode ser feito pelo link. **4. Aprovação das minutas de atas das reuniões anteriores:** Na sequência, o Sr. João Demarchi informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, dentro do prazo regimental, as minutas de ata da 6ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 25/06/25 e 7ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 16/07/25, ambas por videoconferência. Na sequência, questionou se haveria a necessidade de leitura. O Sr. João Demarchi solicitou algumas correções de redação. Após as adequações, colocou em votação as minutas das atas que foram aprovadas por unanimidade. **5. Aprovação de Novo Membro:** Em conformidade com o Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ no 362/21 de 30/03/2021 (link), entidades podem se tornar membros das Câmaras Técnicas a qualquer momento, desde que sua entrada seja analisada e aprovada pelos membros da CT, caso a solicitação ocorra fora do período de renovação. Em seguida, a Sra. Tainá informou que a SE/PCJ recebeu um ofício de indicação da seguinte entidade na CT-Mananciais: i. Companhia de Saneamento de Jundiaí (CSJ): ofício recebido em 25/07/2025, indicando a Sra. Ana Paula Abrahão para representante titular, e o Sr. José Augusto Aguiar como representante suplente. Dessa forma, o Sr. João Demarchi submeteu aos membros para aprovação. Em seguida, a Sra. Maria Carolina Hertel Dutra, representante do DAE Jundiaí mencionou ter recebido a informação de que a Sra. Ana Paula Abrahão havia se desligado da CSJ. Diante disso, o Sr. Demarchi sugeriu a verificação da informação, ficando a aprovação para a próxima reunião. **6. Apresentação: "Pequenas áreas úmidas geograficamente isoladas (AUGIs) na Depressão Periférica Paulista: inventário, dinâmica biogeoquímica e reconstituição paleoambiental":** A Sra. Vânia Silvia Rosolen, representante da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - Administração do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (UNESP/IGCE) e coordenadora do projeto apresentou o estudo "Pequenas áreas úmidas geograficamente isoladas (AUGIs) na Depressão Periférica Paulista: inventário, dinâmica biogeoquímica e reconstituição paleoambiental", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Destacou a importância estratégica dessas áreas para a conservação dos recursos hídricos e dos serviços ecossistêmicos nas bacias hidrográficas. Em seguida, contextualizou os principais desafios científicos e metodológicos do projeto, os quais envolvem: **i.** o inventário de pequenas áreas úmidas em uma matriz fortemente antropizada, utilizando sensoriamento remoto; **ii.** a compreensão da hidrologia e da dinâmica biogeoquímica em cenários de intensificação do uso da terra e mudanças climáticas; **iii.** a proposição de modelos de gênese e reconstituição paleoambiental; **iv.** a inserção dessas áreas em instrumentos de gestão de bacias hidrográficas e de governança da água e biodiversidade. Explicou que as áreas estudadas são consideradas geograficamente isoladas por não apresentarem conexão superficial com outros corpos hídricos, como rios ou lagos, estando localizadas nos interflúvios das bacias hidrográficas. Ressaltou que, embora isoladas, desempenham funções essenciais, como o armazenamento de água da chuva, contribuindo para a recarga de aquíferos e a regulação da vazão, promovendo segurança hídrica. Acrescentou que essas áreas fornecem serviços ecossistêmicos relevantes, incluindo: **i.** estoque de carbono; **ii.** regulação de gases de efeito estufa; **iii.** manutenção de biodiversidade única, com destaque para a avifauna; **iv.** provisão de água e proteína para comunidades locais. Em seguida, apresentou exemplos de AUGIs nos municípios de Ipeúna, Ajapi, Cordeirópolis e Piracicaba, com imagens obtidas por drones, e mostrou a distribuição dessas áreas na bacia do rio Corumbataí. Informou que o levantamento de dados registrado pelo Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMA) corresponde 53.096 mil hectares, o MapBiomas 1.570 hectares, e o inventário do

grupo de pesquisa chegou a aproximadamente 198.629 hectares. Ressaltou a importância de refinar metodologias de sensoriamento remoto. Apresentou um estudo sobre a Governança Ambiental na bacia do Corumbataí, apontando que os municípios não atendem plenamente aos princípios da boa governança, o que coloca em risco a conservação das AUGIs. Como exemplo, destacou o monitoramento do hidroperíodo em uma AUGI permanente (Campo do Coxo), em que foram registrados 28.000 m³ de água armazenada em fevereiro/2020. Contudo, entre outubro/2019 e fevereiro/2020 houve perda de 5,5 metros lineares de área, equivalendo a 3.900 m², em função da redução da água e do avanço da agricultura. Explicou que, apesar de parecerem pequenas e pouco significativas em períodos secos, as análises geofísicas comprovaram que essas áreas armazenam volumes expressivos de água em subsuperfície, reforçando seu papel como reservatórios subterrâneos e reguladores da vazão fluvial. Apresentou os resultados relacionados à dinâmica biogeoquímica e os experimentos de amostragem com câmaras estáticas para medição de fluxos de $CO_2$ e $CH_4$ em áreas permanentes e sazonais, mostrando que a produção de metano é maior em períodos chuvosos. Ressaltou que as emissões são influenciadas pela temperatura, sazonalidade e uso da terra, e em condições naturais há equilíbrio ecológico, mas quando ocorre degradação, há intensificação da liberação de gases, contribuindo para as mudanças climáticas. Mencionou os resultados conforme as metas da Agenda 2030. Ressaltou que o projeto contribui diretamente para: **i.** projetar os impactos das mudanças climáticas na capacidade de armazenamento e na ciclagem biogeoquímica das AUGIs; **ii.** oferta e segurança hídrica regional baseadas no diagnóstico de zonas de recarga de aquífero e de retenção de água de chuva, papeis cruciais das áreas úmidas; **iii.** atuar no sentido de aplicar diretamente os resultados científicos no aprimoramento das políticas públicas e contribuir como plano de resiliência hídrica na bacia. Informou que o estudo atende a objetivos como a ação contra as mudanças climáticas, a conservação da vida terrestre e a proteção da biodiversidade aquática. Entre os avanços conquistados, comentou que foi possível incluir a tipologia das AUGIs no Inventário Nacional de Áreas Úmidas, publicado em 2024 pela Comissão Nacional de Áreas Úmidas. Considerou esse resultado um marco importante e ressaltou que o maior desafio é garantir a inserção dessas áreas em planos regionais de governança ambiental, assegurando sua conservação e ampliando sua contribuição para a segurança hídrica, a biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas globais. Reforçou que, sendo a pesquisa financiada com recurso público, é fundamental devolver à sociedade os resultados na forma de benefícios concretos, especialmente por meio de políticas públicas que garantam a preservação dessas áreas. Na sequência, os membros discutiram a importância de integrar as áreas úmidas às políticas públicas, considerando sua relevância para a recarga de aquíferos, controle de cheias e conservação hídrica. Destacaram a necessidade de aprimorar os Termos de Referência (TR) dos Projetos Individuais de Propriedade (PIPs), incluindo a identificação e valorização dessas áreas, com objetivo de garantir sua devida consideração nos projetos e no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Complementando, os membros discutiram a importância das visitas técnicas presenciais para apoiar diagnósticos mais precisos e a revisão da priorização territorial no Plano de Bacias, apontando possíveis contribuições para o fortalecimento da legislação ambiental, visando ampliar a proteção dessas áreas. Após as discussões, o Sr. João Demarchi agradeceu a apresentação e as contribuições dos membros e seguiu para o próximo item de pauta. **7. Apresentação do Relatório Final do TR dos Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado:** A Sra. Bruna Petrini, da equipe da Assessoria Ambiental da Agência PCJ apresentou as informações detalhadas no relatório final da empresa Tractbell, responsável pela capacitação dos municípios das Bacias PCJ em 2024. Informou que a empresa realizou uma apresentação durante a reunião da CT-Mananciais em 6 de dezembro de 2024. Ressaltou que a capacitação foi contratada pela Agência das Bacias PCJ para prestação de serviços especializados para capacitação dos municípios das Bacias PCJ, visando a elaboração os Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado (PMMA/Cerrado), alinhados ao Programa 4 da Política de Mananciais (link) que prevê instrumentos e capacitação para a proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado. Informou que a licitação foi realizada em 2023, e o contrato com a Tractbell, empresa de Belo Horizonte especializada em estudos socioambientais, foi assinado em novembro de 2023. Informou que a capacitação seguiu de uma estratégia participativa, incentivando os municípios a se

envolverem ativamente na coleta de dados e na elaboração dos planos, sem contratar planos prontos e não ter uma participação ativa dos municípios na elaboração. Mencionou que objetivo era integrar os PMMA/Cerrado aos Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRFs) e outras políticas públicas, promovendo uma abordagem integrada e sem sobreposição de ações. Mencionou que antes da contratação, a situação dos municípios foi mapeada por meio de uma pesquisa realizada em julho de 2022, a qual identificou que 12 municípios das Bacias PCJ já possuíam planos em andamento, enquanto os demais estavam em estágios iniciais ou não haviam iniciado a elaboração dos planos. Destacou que a Agência PCJ realizou as solicitações de documentos como diagnósticos, planos e estudos relacionados ao tema para subsidiar o trabalho da empresa e entender o nível de preparação de cada município. Com base nisso, foi realizado um processo licitatório, que abriu inscrições para dois representantes por município, com o período de inscrições entre agosto de 2023 e janeiro de 2024. Informou que a capacitação foi dividida em cinco módulos, dois presenciais e três remotos, com 52 horas presenciais e 116 horas no total. Ressaltou que a capacitação envolveu 43 municípios na reunião de abertura em fevereiro de 2024, e abordou temas como preparação do processo, diagnóstico, elaboração de áreas e ações prioritárias, construção das minutas e estratégias de implementação. Mencionou que as consultorias foram individuais, com média de 4 a 5 horas por município, sendo realizadas para sanar dúvidas e dificuldades específicas. Destacou que, embora apenas 56 municípios tenham se inscrito, 36 participaram efetivamente e 27 utilizaram as consultorias. No total, 168 horas de consultoria foram utilizadas das 300 horas disponíveis. Ao final, 28 municípios enviaram suas minutas de PMMA, sendo 25 das Bacias PCJ e 3 externos. A empresa destacou pontos positivos como o formato híbrido da capacitação, a participação ativa dos municípios e a construção contínua dos planos. Entretanto, mencionou desafios como a falta de tempo dos municípios para conciliar a capacitação com a elaboração das minutas, escassez de equipe técnica nas prefeituras e a troca de gestão em alguns municípios durante o ano eleitoral, o que afetou a continuidade dos trabalhos. Em seguida, o Sr. Felipe Requena, da Assessoria Ambiental da Agência PCJ complementou que foi elaborado um guia (link) como material de apoio para que os municípios pudessem dar continuidade ao trabalho, especialmente os que não acompanharam todos os módulos da capacitação. Destacou que como o contrato com a Agência PCJ não será renovado, o guia garante acesso ao conteúdo completo, permitindo que os municípios prossigam de forma autônoma. O Sr. João Demarchi sugeriu que o guia, o relatório final e a apresentação fossem enviadas a todos os municípios da Bacia como forma de encerramento do processo e incentivo à participação futura. Questionou a atualização do mapa apresentado inicialmente, propondo que um novo mapa poderia incluir a categoria “minuta entregue”. Destacou a dificuldade enfrentada durante o processo, que durou mais de quatro anos, mas apesar das dificuldades, os resultados foram satisfatórios. Sugeriu mudanças no modelo, como focar em sub-bacias e criar iniciativas mais tutoradas, que incentivem a união dos municípios. Reforçou a carência de técnicos nas prefeituras e propôs a inclusão das UCEs para apoiar os municípios. Sugeriu transformar a experiência em um modelo replicável dentro do Programa 4, com um manual de procedimentos que possa orientar futuras ações, inclusive na implementação de corredores ecológicos. A Sra. Bruna Petrini informou que o guia está disponível no site da Agência PCJ e o link foi encaminhado diretamente aos municípios que concluíram a capacitação, e para os que não participaram o acesso continua aberto via site, com vídeos e tutoriais produzidos pela empresa contratada. Reforçou que o mapa apresentado não foi atualizado, mas possui a lista dos municípios que entregaram as minutas. Complementando, o Sr. Felipe Requena comentou que a utilidade do mapa seria limitada, pois a entrega de uma minuta não equivale à existência de um plano aprovado. Em seguida, a Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Agência PCJ informou que a Agência não pretende seguir com o projeto nos moldes atuais, pois, apesar dos números aparentarem bons resultados, nenhum dos 28 planos entregues está apto à aprovação. Ressaltou que houve flexibilizações para manter os municípios no processo, mas faltou estrutura adequada, como a formação de grupos multissetoriais e a indicação de técnicos efetivos. Comentou que muitas entregas ocorreram sem a real participação nos módulos, comprometendo a validade dos certificados emitidos. Concluindo, ressaltou que qualquer continuidade exige

reavaliação, sendo o guia uma tentativa de viabilizar essa transição. **8. Apresentação do Plano de Trabalho – Biênio 2026-2027:** A Sra. Taina Moura explicou que, com relação à orientação quanto ao cronograma para elaboração dos Planos de Trabalho, essa diretriz foi repassada especificamente às coordenações das Câmaras Técnicas (CTs). Esclareceu que a proposta foi inserida na pauta da reunião pela coordenação com a finalidade de convidar os membros para contribuírem com sugestões de temas. Pontuou que o planejamento das atividades da CT é essencial para a organização e eficiência dos trabalhos, alinhando aos esforços para cumprimento do Plano de Bacias e das decisões do colegiado, ressaltando que as Câmaras Técnicas possuem caráter consultivo. Informou que os Planos de Trabalho das CTs temáticas são elaborados para um período de dois anos, correspondente ao mandato vigente. Explicou que a estrutura do plano está organizada em três categorias: Categoria A: Demandas da Secretaria Executiva; Categoria B: Temas para discussão; Categoria C: Eventos. Mencionou que, conforme o Art. 36 da Deliberação nº 362 (Regimento das Câmaras Técnicas), cada CT deve elaborar e submeter à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e aos plenários a proposta de plano de trabalho compatível com o Plano de Bacias e com as políticas temáticas dos Comitês, incluindo um cronograma de atividades. Com relação aos prazos, esclareceu que a versão preliminar do plano deve seguir o formato e as recomendações divulgadas no dia 1º de agosto. Mencionou que essa versão será encaminhada à Secretaria Executiva para análise orçamentária e de integração com atividades de outras CTs, compatibilizando com o Plano de Bacias, planejamento estratégico e instrumentos financeiros (PAP, POA e PA/PI). A data limite para envio da versão preliminar é 31 de outubro. Informou que especificamente para a CT-Mananciais, que realiza reuniões em meses pares, a construção da versão preliminar será dentro do cronograma, possibilitando a aprovação na próxima reunião, agenda para o dia 22/10/2025. Após essa aprovação, a minuta será encaminhada à Secretaria Executiva até o prazo estabelecido. Destacou que haverá uma discussão preliminar dos planos das CTs no GT-Integração (CT-PL) em 02/12/2025, após essa etapa, a Secretaria Executiva e a Agência das Bacias PCJ farão as devolutivas até o dia 12/12/2025. Ressaltou que a aprovação final do documento deverá ser enviada à Secretaria Executiva até 20/02/2026. Destacou que o calendário foi pensado considerando os prazos para entrega e aprovação pelas CTs, pela CT-PL em março, e, posteriormente, pelos plenários até 31/03/2026. Na sequência, detalhou o conteúdo de cada categoria: **Categoria A:** Contempla demandas da Secretaria Executiva, provenientes de deliberações dos comitês, Plano de Bacias e instrumentos financeiros. As CTs não alteram essas atividades, mas podem solicitar informações adicionais; **Categoria B:** Refere-se aos temas de discussão propostos pela CT. Os temas podem originar diretrizes para contratação de empreendimentos. Recomendou atenção à quantidade de temas propostos, considerando o número de reuniões previstas para o biênio e a possibilidade de aproveitar temas ainda em andamento do plano anterior (2024-2025); **Categoria C:** eventos propostos para além das reuniões regulares, demandando apoio da Secretaria Executiva. Citou como exemplo o Seminário de Áreas Protegidas, previsto no plano anterior. Reforçou que a CT pode propor eventos de meio período (4 horas) e eventos de maior duração devem ser realizados em parceria com outra CT. Apresentou os documentos de apoio para elaboração do plano de trabalho: o Plano de Bacias (link), os cadernos temáticos (link), o livreto das CTs (link), o regimento geral das CTs (link) e as atribuições específicas da Câmara Técnica. Na sequência, o Sr. João Demarchi destacou a importância de se discutir a construção do plano de trabalho da CT Mananciais de forma flexível, apontando a necessidade de garantir que temas relevantes possam ser incluídos nas discussões, mesmo que não estejam previamente listados no plano. Ressaltou que, em experiências anteriores, temas não previstos acabaram sendo desconsiderados por não constarem formalmente no documento, o que pode comprometer a efetividade dos debates. Defendeu a elaboração de um plano mais enxuto e objetivo, com prioridades bem definidas, mas que permita a inclusão de novos assuntos que estejam dentro das atribuições da Câmara Técnica. Reiterou que adotará, junto à coordenação, uma estratégia de revisão e encaminhamento do material por e-mail aos membros, de forma a agilizar a consolidação das contribuições. Salientou que o plano deve refletir os temas considerados prioritários para o próximo biênio, com foco em entregas concretas, mantendo a possibilidade de tratar assuntos

relevantes conforme a demanda e evolução dos trabalhos. Concluindo, o Sr. Miguel sugeriu como prioridade a finalização e publicação do livro com os 12 capítulos já estruturados. **9. Outros assuntos:** A Sra. Nathalia Krammer, representante da Associação Serra do Itapetinga Movimento pela Biodiversidade e Organização dos Setores Ecológicos (SIMBiOSE) informou que Atibaia está em um momento importante, com a elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Atibaia por meio de um edital, do qual o Termo de Referência Nº 008/2024 já foi lançado, e com a empresa contratada para elaborar o plano. Ressaltou que, como conselheira do Conselho Municipal da APA, gostaria de convidar os interessados a participarem e colaborarem na divulgação do processo, com o objetivo de torná-lo participativo, valorizando o rio, os recursos naturais e os mananciais, que são importantes não apenas para Atibaia, mas para toda a região. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-Mananciais

Miguel Madalena Milinski
Coordenador-adjunto da CT-Mananciais